

**TEORIA E(M) PRÁTICA: CONHECER E COMBATER O DISCURSO DE ÓDIO
POR MEIO DOS GÊNEROS TEXTUAIS**
*THEORY AND(IN) PRACTICE: KNOWING AND FACING HATE SPEECH THROUGH
TEXTUAL GENRES*

OLIVEIRA, Helio¹;

¹Professor do Curso de LETRAS – UNIFEQB);

helio.oliveira@unifeob.pro.br

RESUMO. O objetivo deste artigo é apresentar o percurso teórico-metodológico bem como os resultados de um projeto didático desenvolvido no curso de Letras da UNIFEQB, com o intuito de mobilizar os alunos a refletirem sobre o discurso de ódio, principalmente nas redes sociais, e conceberem maneiras de combater ou responder a esse discurso pernicioso. As bases teóricas vêm da Análise do Discurso e da Linguística Textual, tomando como metodologia a proposta de sequência didática concebida por Dolz et al (2004). O projeto resultou em uma campanha contra a intolerância, enquanto este artigo, ao compartilhar o trabalho desenvolvido em sala de aula, pretende resultar em fonte de estímulo para docentes interessados em aproximar os conteúdos programáticos e o exercício da cidadania, em sua prática enquanto educadores.

Palavras-chave: análise do discurso, discurso de ódio, sequência didática, gêneros textuais.

ABSTRACT. This paper presents the construction and the results of a didactical project developed in a course of Language Studies at UNIFEQB, in order to stimulate reflections about hate speech, especially in social medias, and to conceive ways to fight against or respond to this pernicious kind of discourse. The theoretical bases come from Discourse Analysis and Textual Linguistics, particularly the proposal of didactic sequence as conceived by Dolz et.al (2004). The project resulted in a campaign against intolerance, while this article, sharing the work developed in the classroom, aims to stimulate teachers in putting together the programmatic contents and the exercise of citizenship in their didactical practices.

Keywords: discourse analysis, hate speech, didactic sequence, textual genres.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que um dos principais objetivos da escola e da universidade é preparar o(a) aluno(a) para a vida plena em sociedade. Essa prerrogativa escolar passa pelo ensino de competências e habilidades técnicas, mas deve ir além do aspecto estritamente profissional, e alcançar a relação humanística, no sentido da convivência harmoniosa e pacífica fora do contexto de trabalho. Trata-se de um verdadeiro exercício de ética e cidadania: fazer valer a sua voz, enquanto estudante, em face de realidades injustas. Estimular esse exercício de cidadania foi o principal objetivo de um projeto desenvolvido no curso de Letras da UNIFEQB, em São João da Boa Vista, SP, com o intuito de melhor compreender o funcionamento de certos discursos intolerantes e de ódio, bem como encontrar e implementar estratégias efetivas no combate às diversas formas de intolerância, principalmente no ambiente escolar-universitário. Este artigo apresenta o percurso teórico-metodológico que embasou o projeto chamado *Intolerância Zero*, e tem como objetivo compartilhar seus resultados com vistas a estimular experiências similares.

O primeiro tópico indica a metodologia utilizada neste trabalho e no desenvolvimento do projeto. Esta última será retomada em maiores detalhes no tópico *Trabalhando com a sequência didática*. O segundo e terceiro tópicos abrangem o aparato conceitual mobilizado na fase de concepção do projeto, em busca de melhor compreensão e categorização do discurso de ódio – identificação dos traços constitutivos de sua natureza discursiva, ou seja, seu funcionamento ideológico, sócio-histórico – na intenção de embasar as reflexões que seriam fomentadas pelos alunos(as) ao longo das demais etapas do projeto. Mobilizou-se, como base teórica que permitisse explorar os discursos de ódio, a noção de atopia discursiva, conforme as propostas de Maingueneau (2006, 2010).

Os dois últimos tópicos apresentam os procedimentos e resultados do projeto desenvolvido com os alunos(as) do terceiro módulo do curso de Letras, no âmbito da unidade de ensino Linguística Textual.

Conforme já mencionado, o objetivo deste texto é apresentar os resultados desse projeto em termos de materiais multissemióticos produzidos pelos graduandos(as) (alguns exemplos estão disponíveis nos anexos), ilustrando a aplicabilidade da proposta com sequências didáticas, bem como a possibilidade e a relevância de se levar o tema dos discursos de ódio para o espaço escolar, tendo em vista o exercício de cidadania promovido pelo ensino pautado em competências e atitudes que não se restringem às tarefas escolares.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo recorreu, em um primeiro momento, à pesquisa bibliográfica, seguida pela aplicação de procedimentos teórico-metodológicos típicos da Análise do Discurso e finalizada pela discussão – de viés qualitativo – dos resultados alcançados pelo desenvolvimento do projeto por parte dos alunos. De forma geral, a metodologia típica da Análise do Discurso implica constante movimentação entre fases de leitura/interpretação dos materiais teóricos, descrição e análise dos dados e funciona, ao mesmo tempo, como instrumento teórico e metodológico.

Para a realização do projeto em sala de aula, o trabalho se norteou pelo no conceito de sequência didática (detalhado adiante em um tópico dedicado a essa questão), tal como proposto por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), qual seja, “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno da produção de um gênero oral ou escrito” (2004, p. 97). Embora planejada para contemplar os conteúdos específicos da disciplina Linguística Textual, a metodologia pode ser facilmente adaptada para outras áreas e cursos. Para tanto, é preciso, inicialmente, escolher um tema de relevo social a partir do qual as discussões terão lugar e as demais etapas da atividade serão desenvolvidas. No caso em epígrafe, tendo em vista a presença constante de atos intolerantes e manifestações de discriminação (racial, religiosa, de gênero, de classe, entre outras) no contexto social brasileiro, elegeu-se, conforme já dito, o discurso de ódio como o ponto de partida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Funcionamento Linguístico-Discursivo da Intolerância

A liberdade de expressão e a dignidade humana são garantidas pela Constituição Brasileira, além dos dispositivos legais que preveem sanções às práticas de injúria, calúnia e racismo, por exemplo. Todo esse aparato jurídico, entretanto, não tem sido suficiente para impedir o avanço da intolerância em nosso país – aliás, a morosidade na aplicação das leis e a dificuldade em se caracterizar certos tipos de fala, cuja agressividade é implícita e simbólica ao

invés de explícita, torna alvo de críticas as leis nacionais sobre o tema (Cf. SCHAFER, 2015; SILVA, 2011). A esse respeito, é lamentável que “muitos discursos proferidos com essa finalidade não encontram tipificação legal, pois no Brasil é concedido tratamento legal específico a apenas alguns tipos de discursos de ódio” (SILVA et al., 2011, p. 445). É justamente o funcionamento fluido, fugidio, de certos tipos de discurso intolerante que despertou a atenção (e a necessidade) para uma melhor compreensão de sua natureza camuflada.

Cabe esclarecer que este trabalho não pretende se aprofundar na análise de questões jurídicas, mas apenas contextualizar a temática da apologia à intolerância para, então, concentrar-se na dimensão discursiva do fenômeno, ou seja, naquilo que diz respeito ao papel da linguagem na circulação e no estudo desses dizeres intolerantes.

Assim, pode-se definir o discurso de ódio, de acordo com um grande estudioso do tema, como a utilização de “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar a violência, ódio ou discriminação contra essas pessoas” (BRUGGER, 2007, p. 118). A observação dos verbos utilizados pelo autor mostra a pertinência da definição: transformados em substantivos abstratos, percebe-se que estão em jogo atos de insulto, intimidação, assédio e instigação à violência. Estas são ações que, em maior ou menor grau, são passíveis de justificar um processo, por parte da vítima. Entretanto, não parecem ser suficientes para identificar todos as manifestações de violência verbal.

Em pesquisa anterior (OLIVEIRA, 2015), examinando especificamente o racismo, constatou-se que grande parte (talvez a maior parte) de declarações racistas não se enquadram nos casos previstos em lei, mas se justificavam, por parte dos agressores, simplesmente como “mal-entendido”, “grosseria”, “deselegância”, “opinião pessoal” e nunca como atos verdadeiramente discriminatórios, segundo estes mesmos agressores. Essa espécie de subterfúgio semântico seria, tal como proposto no trabalho acima citado, um sintoma da atopia discursiva do racismo: embora se apresente como estratégia de defesa do perpetrador, esse fenômeno é, na verdade, uma característica identificadora de certos discursos pouco (ou nada) aceitos pela sociedade. Com efeito, a proposta ao longo do trabalho aqui apresentado é estender essa interpretação de que o racismo se caracteriza, na maioria das vezes, pela indirectude e dissimulação, para os casos de sexismo, demofobia, homofobia etc., que, portanto, podem e devem ser considerados atópicos e, assim, ser incluídos em um conceito mais abrangente de discurso de ódio.

A necessidade de identificar enunciados (fragmentos de textos, postagens em redes sociais, comentários de leitores etc.) que não parecem se enquadrar na definição tradicional de discurso de ódio, mas, ainda assim, são parte essencial desses discursos é apontada por Van Dijk (2012). Para o autor, também tomando o racismo como um dos exemplos máximos da intolerância, é quase um lugar-comum afirmar que ninguém nasce racista, mas aprende a sê-lo. A questão imposta, então, é entender o papel dos discursos nessa “aprendizagem”, ou seja, “examinar como exatamente as pessoas adquirem conhecimento por meio de discursos, afetadas pelas muitas variáveis contextuais” (2012, p. 266). Parte importante da resposta passa pelo reconhecimento de que certos comentários intolerantes, sexistas, elitistas, divulgados publicamente, são sim o germe do discurso do ódio, e não apenas “opinião pessoal”.

A natureza hipócrita dessa dissimulação discursiva foi identificada por uma pesquisa apresentada em Schwarcz (2001, p.76), cujo resultado informa que “97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito, enquanto 98% disseram conhecer, sim, pessoas e situações que revelam a existência de preconceito racial no país”. De certa forma, o que a pesquisa revela é mais um traço da atopia: o racismo e a intolerância são características sempre atribuídas a outrem, nunca a si mesmo.

Antes de passar à parte prática do trabalho, cabe esclarecer, com mais vagar, o que são discursos atópicos. Entender esse processo é essencial para alargar o conceito de discurso de ódio.

Traços Identificadores da Atopia Discursiva em Relação ao Discurso de Ódio

Há discursos, segundo Maingueneau (2010), cujo pertencimento a um determinado espaço social é periférico ou mesmo ilegítimo, não tendo um “lugar” que lhe seja próprio, embora haja muitas evidências de que esses discursos circulem e produzam uma série de efeitos nas relações sociais vigentes.

Preocupado em fornecer um estatuto mais claro às várias categorias com as quais se deparam os analistas do discurso, o autor propõe a distinção entre diferentes *topoi* discursivos (do grego, “topos” = “lugar”), levando em consideração domínios de produção e circulação de discursos como o filosófico, o religioso, o político, o publicitário e outros.

Os discursos tópicos são aqueles que têm seu lugar social próprio, legitimado e, às vezes, institucionalizado, como o discurso médico ou o discurso jurídico. Por sua vez, unidades como o discurso religioso e o filosófico também são institucionalizados (em diferentes graus e de diferentes maneiras), mas sua inserção na sociedade se dá por um viés bastante peculiar: não se trata simplesmente de haver uma igreja ou um instituto de filosofia, nem mesmo de uma corrente religiosa específica ou de uma vertente filosófica definida. Antes, a peculiaridade se define pela “fonte” desses discursos, que está além da dimensão social/humana, pois se trata, no primeiro exemplo, da palavra de Deus (no caso do cristianismo, ou da vontade dos deuses, no hinduísmo, para citar dois casos) dirigida aos seres humanos, e, no segundo exemplo, trata-se da expressão da “Verdade” (ou da “Razão”) expressa por meio dos filósofos. Para designar a categoria desses dois últimos discursos, o religioso e o filosófico, mas também o discurso literário, Maingueneau cunha o termo *paratopia*¹, definindo-a como “uma localização parasitária, que retira vida da própria impossibilidade de estabilizar-se” (2006, p. 68).

Com estatuto bastante semelhante ao da *paratopia*, Maingueneau distingue outra categoria, a *atopia*: “trata-se de uma produção tolerada, clandestina, noturna, que penetra nos interstícios do espaço social” (2010, p. 166). Esse seria o caso do discurso pornográfico e outras práticas verbais como certos ritos de feitiçaria, missas negras, palavrões, práticas racistas, entre outras, que “são constantemente atestadas, mas silenciadas, reservadas a espaços de sociabilidade muito restritos ou particulares” (*idem*).

A semelhança entre discursos atópicos (discurso racista, discurso pedófilo) e paratópicos (discurso literário, filosófico) se manifesta no fato de ambos subvertem as fronteiras estabelecidas socialmente e não dispõem de um “lugar” que lhes seja próprio, específico. A grande diferença consiste no fato de os discursos paratópicos serem reconhecidos, louvados, “têm direito de cidadania”, enquanto os atópicos não podem ser “aceitos”, nem legitimados².

¹A *paratopia* é proposta para caracterizar os discursos constituintes, como uma de suas principais propriedades. “Fiadores das múltiplas práticas discursivas de uma sociedade”, os discursos constituintes correspondem a “falas que têm a pretensão de pairar sobre as demais; são discursos limite que, assentados em um limite e tratando do limite, devem gerir textualmente os paradoxos que seu estatuto implica” (MAINGUENEAU, 2010, p. 158).

² Um estudo detalhado sobre a dimensão ética e moral dos discursos, portanto, os limites entre o que pode ser aceito e o intolerável, pode ser encontrado em “Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas” (PAVEAU, 2015).

No caso específico do racismo, não se encontra um “estatuto do racista”, uma “revista do racista” ou qualquer instituição (ou mesmo uma personalidade do meio artístico, político ou intelectual) que aceite ou assuma essa denominação. Esse é o mesmo caso, em certos contextos pornográficos, de práticas perversas como a pedofilia – todos sabem que ela existe, mas não é possível que seja aceita numa sociedade denominada judaico-cristã ocidental. À semelhança do discurso pornográfico, a própria presença (existência) do discurso racista e de ódio em uma sociedade é problemática e põe em relevo sua natureza paradoxal. Segundo Maingueneau (2010), é impossível que esses discursos não existam tendo em vista as diversas evidências deles permeando a sociedade. Ao mesmo tempo, o autor afirma que é impossível que eles existam plenamente, pois se eles tivessem pleno direito de cidadania, não haveria sociedade possível.

Com essas observações, constata-se a dificuldade em apreender e estudar o discurso racista e outras formas de intolerância, assim como a necessidade de dispositivos teóricos capazes de abarcar as especificidades desse fenômeno. Observando essas práticas discursivas “dissimuladas” e (de)negadas, a análise parece ser muito mais produtiva na tarefa de compreender o discurso de ódio onde ele supostamente não está.

Enfim, no intuito de tornar prático todo esse aparato teórico, propôs-se a identificação de algumas características específicas a serem localizadas em enunciados que, embora pareçam não corresponder à categoria “tradicional” de discurso de ódio, possam ser enquadrados nela, na medida em que se valem da atopia discursiva para tentar “escapar” dessa classificação. Trata-se de observar os textos (notícias, postagens em redes sociais, comentários de leitores, editoriais etc.) considerando os quatro tópicos seguintes, que inclusive serviram de mote para as discussões realizadas junto com os alunos e em alguns momentos da produção escrita do Manifesto.

- (i) Violência verbal:** presença de palavrões, insultos (geralmente indiretos), provocação;
- (ii) Polarização semântica:** legitimação das diferenças naturais e naturalização das diferenças sociais; há todo um investimento semântico-discursivo em se reforçar as diferenças;
- (iii) Atribuição de valor negativo à diversidade:** predicação da diferença como algo ruim, prejudicial à coletividade, ou seja, a diversidade enfraquece o tecido social (aceitar o outro enquanto diferente enfraquece a mim e meu grupo); o “diferente” é menos que eu, sabe menos, importa menos;
- (iv) Limitação do outro:** imposição de limites ao outro, procura-se calar o outro, impedir direta ou indiretamente que ele circule, que ele tenha acesso aos bens sociais (emprego, educação de qualidade, direitos civis, manifestar publicamente seu amor etc.)

Ressalte-se que esses traços identificadores não são exaustivos nem definitivos. Eles representam uma tentativa de operacionalizar a noção de atopia discursiva, fazendo com que discursos que operam “nos bastidores” possam ser trazidos à luz e classificados da maneira mais adequada possível. Talvez possam ser úteis para pormenorizar, também, a categoria de *hate speech in substance*, tal como aventada por Rosenfeld (2001). Nessa perspectiva, *hate speech in form* seriam manifestações explicitamente violentas, enquanto a ideia de *hate speech in substance* corresponderia à existência velada (em essência, em potencial) do discurso do ódio. Somente depois de coletada uma quantidade significativa de dados, os traços propostos poderão ser confirmados ou, eventualmente, reformulados.

No trabalho posto em ação na sala de aula, esses traços foram importantes para identificar alguns enunciados que poderiam passar despercebidos, uma vez que são comumente interpretados como “humor” ou “estereótipos inofensivos”. Por motivo de espaço, infelizmente, os exemplos coletados não podem ser elencados, mas é possível mencionar alguns casos bem conhecidos, como o da advogada branca que se referiu a uma médica negra como tendo “cara de empregada doméstica” (um dos efeitos de sentido é que empregada doméstica não pode ser médica, ou que uma negra não pode ser médica, mas “apenas” trabalhar como doméstica), o estudante de engenharia que postou uma foto de um caminhão carregado de sacos cimento com a legenda “direitos iguais: esperando as feministas para descarregar esse caminhão” (ele reduz toda a complexidade e a legitimidade da busca por igualdade de direitos civis, a uma questão ridiculamente contextual, trata-se do *reductio ad absurdum* utilizado pelos sofistas para produzir as falácias argumentativas) e do deputado federal que, presidindo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, declarou que iria tratar os gays “como se fossem pessoas normais” (nesse caso, o conteúdo semântico implícito diz que os gays são anormais/doentes e, assim, indignos de serem tratados com respeito). Essas ocorrências não são enquadradas no conceito tradicional de discurso de ódio, pois seu conteúdo amoral não está explícito. Os autores sempre podem “escapar” de processos e sanções dizendo que se trata de um mal-entendido, ou de uma declaração espirituosa. Entretanto, o exame refinado de suas propriedades linguístico-discursivas (como a força ilocucional, ou a questão dos implícitos e subentendidos) mostra que o objetivo efetivo desses enunciados parece ser o de limitar a circulação e o acesso do outro/diferente ao espaço social, negar o direito dele à cidadania, negar a própria existência dele. O maior agravante é que fazem isso de maneira dissimulada, indireta.

A demanda por pesquisas que tomem esse recorte conceitual como foco de interesse continua presente. E o papel da língua(gem) no funcionamento dessas estruturas também é, de fato, vital, uma vez que ela “é o lugar em que a discurso tanto se mostra quanto se dissimula” (POSSENTI, 2009, p. 69).

Trabalhando com a Sequência Didática

Depois de discutir com os(as) alunos(as) o(s) conceito(s) de discurso de ódio, a presença massiva de enunciados agressivos (e também dissimulados) nas redes sociais e, de maneira peculiar, como a ideologia intolerante pode se esconder em declarações aparentemente inofensivas, o passo seguinte foi eleger, coletivamente, uma forma de se posicionar a respeito dessas violações morais e éticas. Essa escolha deveria implicar a produção de um gênero textual pelos estudantes, um “suporte” por meio do qual vozes dissonantes ao ódio se fizessem ouvir. A primeira constatação discente foi a pouca eficácia do trabalho caso a atividade se resumisse na produção de um único texto, por mais abrangente que este fosse (por exemplo, uma carta aberta à população). Entenderam que, por se tratar de um fenômeno complexo, a intolerância deveria ser combatida mobilizando-se diferentes ferramentas (decidiram não usar a palavra “armas” para combater o discurso de ódio) de comunicação. Assim, várias opções foram sugeridas pela sala: uma “carta aberta” à sociedade; um manifesto; vários “posts” com mensagens de combate à intolerância para serem postadas no Facebook, Instagram e outras redes sociais; cartazes para serem espalhados pela universidade e escolas da região; um fanzine sobre o tema, para ser distribuído publicamente; a criação de um site coletivo para divulgação da campanha; uma dramatização a ser apresentada no campus; uma coletânea de contos e crônicas que expusessem o dano causado pelas agressões verbais, com vistas a sensibilizar os leitores; etc. Decidiu-se, como ação mais abrangente, a realização de uma campanha contra o discurso de ódio, na qual o gênero principal seria o Manifesto, e outros textos poderiam ser produzidos com o intuito de divulgar o Manifesto. A análise da atopia discursiva permitiu, nesse momento,

estabelecer os principais “alvos” de declarações de ódio dissimulado e, por conseguinte, os autores desses ataques disfarçados: machistas, racistas, homofóbicos, demofóbicos, elitistas etc. Os argumentos e as injunções do Manifesto convergiriam para esses agentes, com vistas a denunciar esse tipo de ação aparentemente jocosa, mas que é, ainda assim, intolerante e odiosa.

A partir dessa etapa, as atividades guiaram-se pela metodologia da sequência didática, conforme proposta por Dolz e Schneuwly.

Baseada nos estudos de Vygotsky (1984), para quem a aprendizagem é o resultado da interação dialética de um indivíduo com outros em determinado grupo social, e em Bakhtin (1997), que valoriza a dimensão dialógica dos textos, sempre a serviço de uma linguística da escuta ativa respondente, a proposta de Joaquim Dolz e Bernard Schneuwly (1998) se pauta na metáfora dos “instrumentos” que permitem a possibilidade de comunicação. Assim como as pessoas utilizam um garfo para comer e um machado para cortar lenha, o gênero seria “um instrumento para agir discursivamente” (1998, p. 65).³ Ressalte-se que a base teórica principal deste projeto em epígrafe vem de Dolz e Schneuwly e não de Vygotsky e Bakhtin, estes são mencionados aqui porque são citados por aqueles.

Os procedimentos elaborados pelos autores da escola de Genebra têm um caráter modular, composto de etapas que se sucedem (embora, às vezes, pareçam se repetir). As etapas de reescrita e reelaboração oral, quando for o caso, “visam ao aperfeiçoamento das práticas de escrita e de produção oral e estão principalmente centradas na aquisição de procedimentos e de práticas” (DOLZ et al., 2004, p.114).

De forma esquemática, o trabalho com sequências didáticas é representado abaixo:

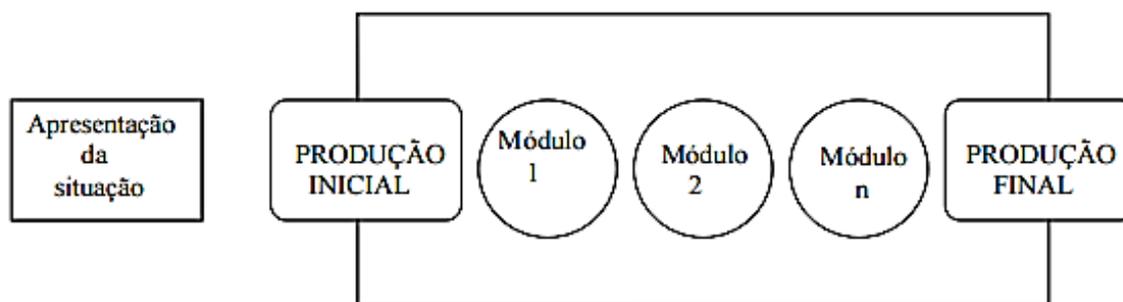


Figura 1. Esquema básico da sequência didática, disponível em Dolz et.al (2004, p. 98).

Essa configuração diz respeito especificamente ao trabalho com o gênero eleito para a atividade. Os módulos entre a produção inicial e a final podem variar conforme as necessidades dos(as) alunos(as) e destino da produção (se será publicada, no caso de textos escritos, será objeto de uma performance, no caso de apresentações orais etc., então será necessário maior ou menor número de refações).

O Gênero Manifesto e o Exercício da Cidadania

O gênero Manifesto pode ser considerado, por excelência, o texto que mais proporciona a prática cidadã. Principalmente argumentativo, ele geralmente apresenta uma situação-problema, justificando as razões pelas quais tal situação deve ser combatida, evitada ou mudada. Próximo de sua conclusão, é comum encontrar uma série de injunções representando as ações e/ou compromissos que os autores (quase sempre se trata de um texto coletivo) assumem

³ Se, por um lado, abordagens excessivamente instrumentais são alvo de crítica para a Análise do Discurso (o que não vêm ao caso, neste artigo), por outro, a utilização de sequências didáticas pode ser perfeitamente desenvolvida em aulas que recorram tanto às teorias do texto, quanto do discurso, com benefícios aos dois campos.

publicamente. Ao fim, encontram-se indicados o local, a autoria, a data e, eventualmente, espaço para assinaturas, que podem, inclusive, ser preenchidas por outros cidadãos interessados em se engajarem naquela causa. Então, o Manifesto está pronto para vir a público, na forma de cópias distribuídas em praças, parques, escolas, avenidas... Pode também ser publicado em jornais e em redes sociais.

No caso ora apresentado, a primeira etapa (“apresentação da situação comunicativa”) teve início já na fase de escolha do gênero com o qual se veicularia o contradiscurso de ódio, a saber, o Manifesto. Na aula que se seguiu, a sala foi dividida em grupos, e cada grupo recebeu um exemplo de Manifesto, como o Manifesto Modernista, Manifesto da ONU pela Paz, Manifesto Comunista, Manifesto da Torcida do Corinthians, Manifesto Pau-Brasil e outros, e passou-se a analisar quais seriam as características estruturais e comunicacionais comuns a todos esses textos. O objetivo era que fossem percebidas as tipologias injuntivas e argumentativas, verbos no imperativo, atemporalidade, caráter mobilizador etc., que caracterizam os textos desse tipo e, em consequência, deveriam estar presentes no Manifesto Intolerância Zero (este foi o nome que escolheram) a ser produzido.

Ao longo das etapas de análise, escrita, correção e reescrita, os(as) alunos(as) perceberam que uma maneira de divulgar o Manifesto que estavam produzindo seria a propagação de pequenas frases dele extraídas. Então, paralelamente, começamos a trabalhar com a produção de slogans feitos de frases oriundas do texto principal, que nas etapas de revisão e reescrita logo foram se transformando em posts ilustrados com potencial para serem publicados nas redes sociais (vide anexo). Alguns desses posts continham a declaração de personalidades famosas que se posicionaram contra a intolerância como Nelson Mandela, Martin Luther King, Gandhi, ou um excerto da literatura que representasse a mesma posição em favor do respeito à igualdade. Em adição a essas atividades, criou-se um perfil no Facebook intitulado Intolerância Zero, para que o texto final e os slogans fossem veiculados e atingissem o maior número possível de pessoas. Com a criatividade estimulada, alguns alunos aproveitaram os posts já prontos e os transformaram em marca-páginas, que poderiam ser impressos em sulfite e distribuídos no campus (a versão final do Manifesto e amostras do material produzido a partir dele pode ser visto no anexo).

Neste trabalho, a proposta de sequência didática foi ampliada em etapas adicionais, inclusive com desdobramentos textuais na forma de slogans (em postagens virtuais e em marca-páginas), que muito contribuíram para a dimensão prática da atividade, no sentido de torná-la uma ação real posta a circular na cidade de São João da Boa Vista e demais municípios da região os(as) alunos(as) fazem estágio docente nas escolas da região e levaram os marca-páginas e cópias do Manifesto para serem distribuídos na ocasião dos estágios).

De maneira sucinta, os passos para o desenvolvimento da atividade compartilhada são:

[a] escolha de um tema transversal relevante no contexto social do alunado (neste trabalho, os discursos intolerantes e de ódio, sua circulação e efeitos nefastos);

[b] pesquisa de exemplos concretos da manifestação do tema escolhido;

[c] discussão do tema;

[d] escolha de um gênero textual com o qual se possa abordar/replicar/responder/combater a situação de comunicação representada pelo gênero (no caso apresentado, o gênero foi o “manifesto”, embora também tenham sido produzidos gêneros adicionais, como slogans e banners virtuais, com o intuito de divulgar o manifesto);

[e] exploração das características do gênero eleito visando a compreensão de sua estrutura e funcionalidade;

[f] produção de uma primeira versão do gênero escolhido;

[g] correção das produções escritas (coletivamente, pelos colegas de sala e intervenções do professor);

[h] produção da versão final do gênero em questão;

[i] revisão final pelo professor e, se necessário, correção final;

[j] publicação/divulgação do(s) texto(s) produzido(s).

Depois da conclusão das etapas, com o Manifesto e o material de divulgação prontos, o projeto foi apresentado para a coordenação de Licenciaturas da UNIFEOP, que, vendo o quão envolvidos estavam os(as) alunos(as), acolheu o trabalho e o transformou em uma campanha institucional – estendida aos colaboradores e alunos(as) dos demais períodos. Com este apoio, os posts foram impressos na forma de cartazes e espalhados pelo centro universitário, além da produção de um grande banner em branco, exposto na alameda central entre os blocos de salas de aula, no qual os transeuntes poderiam assinar seu nome (e o Manifesto original), engajando-se nesse movimento contra todas as formas de ódio.

Resta dizer que esta experiência didática pode, perfeitamente, ser adaptada a outros cursos. O primeiro passo é eleger um tema de relevo social e, então, um gênero para abordar esse tema. Um exemplo de abordagem seria, por exemplo, a questão da água (conservação de fontes, desperdício, tratamento, armazenamento, distribuição), que pode ser considerada em áreas como agronomia, geografia, engenharia, administração e gestão de negócios etc. Nesse exemplo, o gênero textual mobilizado pode ser informativo (para alertar ou conscientizar a população), injuntivo (uma campanha contra o desperdício de água), argumentativo (um requerimento para a prefeitura sobre a necessidade de obras nesse sentido, ou então uma reclamação ou denúncia contra empresas poluidoras, a ser encaminhada à própria empresa ou trazida a público, uma petição a ser lida em uma sessão da Câmara Municipal) e assim por diante. Leitura e escrita, assim como a prática da cidadania, devem ser estimuladas em todo e qualquer curso.

CONCLUSÕES

Em face do visível aprimoramento da postura e do respeito às opiniões alheias observado entre os(as) alunos(as) durante as discussões do tema (trata-se de uma sala bastante heterogênea, como muitas outras) e a realização das atividades, as evidências atestam o desenvolvimento de aspectos como relacionamento interpessoal, comunicação, trabalho em equipe, organização e planejamento. O viés teórico discutido inicialmente – a ideia de considerar a atopia discursiva do discurso de ódio como uma forma de incluir na categoria de atos intolerantes aquelas declarações que geralmente são vistas “apenas” como brincadeira ou como mal-entendido – foi imprescindível para a compreensão mais detalhada (e humana) de como até mesmos “simples” estereótipos operam a favor da discriminação e da agressão de pessoas que já sofrem cotidianamente por razões diversas. Desde as primeiras discussões, eles foram estimulados a desenvolver sua capacidade de expressar ideias e argumentos, além de perceberem a importância de respeitar a opinião dos colegas. Uma campanha contra a

intolerância não poderia ser feita sem que a tolerância seja, desde o começo, uma prática real de todos os envolvidos no projeto.

No que diz respeito às competências técnicas, o objetivo da sequência didática de proporcionar a compreensão do funcionamento social dos gêneros, sua relevância enquanto instrumento de ação discursiva – ação sobre um problema ou situação a ser corrigida –, além da compressão estrutural dos textos argumentativos e do exercício de escrita situada, todos esses intentos foram alcançados com sucesso por meio do planejamento a partir da proposta em questão. De maneira específica, o domínio dos gêneros textuais é imprescindível aos(as) alunos(as) do curso de Letras, tendo em vista a atuação como futuros professores de língua portuguesa e, portanto, como multiplicadores de projetos como esse em suas carreiras docentes em escolas da rede pública ou particular. De maneira genérica, conforme sugerido no final do tópico anterior, a experiência didática aqui compartilhada pode ser adaptada a outros cursos e até mesmos a outras faixas etárias

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Revista de Direito Público**, v. 15 n. 117, jan./mar. 2007.

DOLZ, J. e SCHNEUWLY, B. **Pour un enseignement de l'oral: Initiation aux genres formels à l'école**. Paris: ESF éditeur, 1998.

DOLZ, J; NOVERRAZ, M; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard.; DOLZ, Joaquim. e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004.

MAINGUENEAU, D. **O discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. A paratopia e suas sombras. In: **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, pp. 157-170.

OLIVEIRA, H. Índícios de atopia discursiva no funcionamento do discurso racista. **Revista da ABRALIN**, v.14, n.3, dez. 2015, p. 371-387.

PAVEAU, M.A. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

POSSENTI, S. Sobre língua e discurso. In: POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009, pp. 61-70.

ROSENFELD, M. Hate speech in constitutional jurisprudence: a comparative analysis. **Public Law Research Paper**, n. 41, Cardozo Law School, abr. 2001. Versão online disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.265939>> Acesso em 20 de março de 2018.

SCHAFER, G; LEIVAS, P.G; SANTOS, R.H. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. **Revista de Informação Legislativa -RIL**. Brasília, 52 n. 207 jul./set. 2015 p. 143-158.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, R. et al. **Discursos de ódio em redes sociais: Jurisprudência brasileira**. Revista Direito - GV, São Paulo, v. 7, n. 2, jul./dez. 2011.

VAN DIJK, T. Discourse and the production of knowledge. In: Norbert Seel (org). **Encyclopedia of the Sciences of Learning**. Heidelberg: Springer, 2012

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ANEXO 1

MANIFESTO (IN)TOLERÂNCIA ZERO

Acreditamos na força das palavras. Acima de tudo, porque carregam os sentidos com os quais construímos nossa vida em sociedade, e também porque estão na raiz de todas as ações. Por meio delas planejamos, sonhamos, contamos histórias, fazemos pedidos, afirmações, declarações de amor ou, infelizmente, de ódio e rancor. Acreditamos que dizer é fazer: palavras mobilizam.

Você certamente já notou a mudança de sentido após a inclusão de simples palavras como “mas” (não tenho nada contra, mas...) ou “apesar” (ela é inteligente, apesar de ser...). Também já deve ter notado que as diferenças raramente são vistas como algo a ser celebrado, mas sim ocultado.

Além disso, se as diferenças fossem marcadas apenas por questões superficiais como: roupa, corte de cabelo, marca de carro ou celular etc., alguém poderia dizer que se trata de escolha. Entretanto, o que se observa é um julgamento valorativo sobre questões de etnia, cultura, cor da pele, peso, gênero, orientação sexual e diversos outros aspectos que não se enquadram na ideia de escolha pessoal. Tudo sempre permeado de e por palavras.

Como futuros professores, pretendemos despertar em nossos alunos o gosto pelas palavras, a capacidade de lançar luz em argumentos obscuros e de pensar por si mesmos. Como cidadãos, queremos envolver a comunidade inteira em uma luta justa, que visa o bem comum, a criação e a propagação daquilo que nos torna mais humanos: nossa fraternidade.

Assim, o Manifesto Intolerância Zero é um contrato que firmamos em ambiente universitário, mas que esperamos disseminar ao maior número possível de pessoas. Nós o convidamos: venha acreditar conosco! E mais que acreditar: participe desse movimento!

- Basta de ódio! Basta de falas nocivas que incitam ações nocivas!
- Pratique a empatia. Procure sempre, de alguma forma, compreender o contexto do outro e, se possível, tente imaginar como seria se você estivesse inserido nele;
- Liberte-se dos estereótipos. Nenhuma característica física está diretamente ligada ao caráter de uma pessoa, bem como nenhuma característica pertinente a um grupo social reflete a individualidade de seus membros;
- Entenda, antes de qualquer outra coisa, que existe diferença entre exprimir a sua opinião e propagar discurso de ódio. Essas duas coisas são frequentemente confundidas, principalmente por aqueles que não querem sentir culpa por disseminar seus preconceitos;
- A liberdade de expressão é um direito garantido pela Constituição Federal desde que não fira o legítimo direito de terceiros;
- Se sua piada ridiculariza uma minoria que já sofre cotidianamente, evite-a. Não é engraçado se o direito de rir é dado exclusivamente a você;
- Diante de situações de preconceito, aja imediatamente. Um dos motivos da persistência desta prática é o silêncio da vítima e daqueles que estão ao redor;
- Em tempos de incentivo constante à guerra ideológica, promover uma convivência harmônica significa revolução. Questione as verdades alheias e suas próprias, a fim de chegar a um acordo que não retire de alguém nem um direito sequer;
- Busque saber mais sobre a pluralidade que nos rodeia antes de realizar qualquer tipo de julgamento;
- Promova ou até mesmo participe de campanhas de conscientização sobre a riqueza presente na diversidade e nas diferenças de todo tipo;
- É preciso que vozes dissonantes ao ódio se façam ouvir – não pela arrogância da imposição, mas pela crença na convivência pacífica e no poder de um gesto respeitoso, de uma palavra amiga;
- Espalhe respeito, amor, alegria e gentileza;
- Compartilhe a campanha em suas redes sociais;

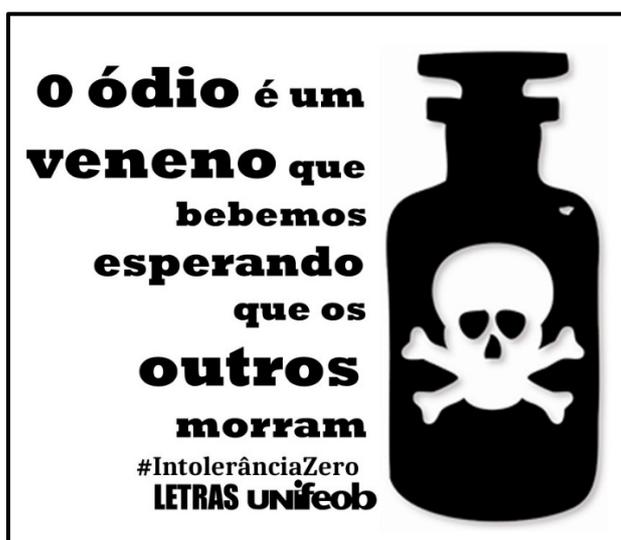
Ajude-nos a dar a essas palavras, asas.

Utilize as hashtags:

#IntoleranciaZero #ProjetoIntoleranciaZero
#MaisAmorPorFavor #LetrasUnifeob

ANEXO 2

Posts compartilhados nas redes sociais
para divulgação do Manifesto Intolerância Zero





Esta é a única maneira de diferenciar alguém.

O resto é preconceito.

#IntolerânciaZero

LETRAS UNifeob

ANEXO 3

Marca-páginas distribuídos
para divulgação do Manifesto Intolerância Zero

**INTOLERÂNCIA
ZERO**
LETRAS UNifeob

LIBERTE-SE DOS RÓTULOS

Curta e compartilhe #ProjetoIntolerânciaZero

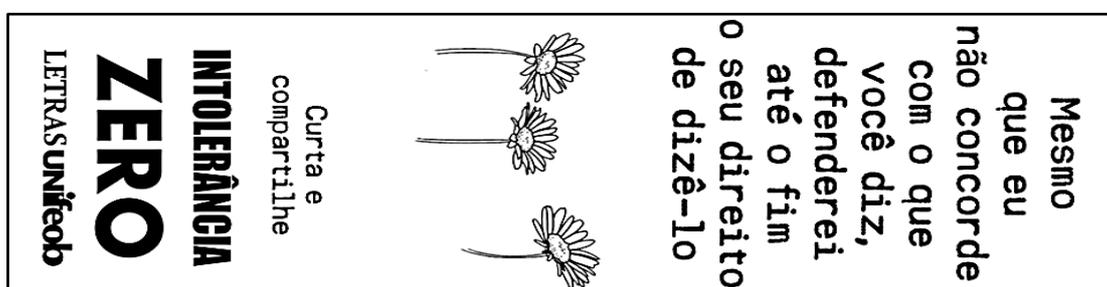


**INTOLERÂNCIA
ZERO**
LETRAS UNifeob

**« Triste época! É mais fácil desintegrar
um átomo do que um preconceito »**

Curta e compartilhe #ProjetoIntolerânciaZero





ANEXO 4

Perfil do projeto, criado para divulgar o Manifesto Intolerância Zero.
Página disponível em: <https://www.facebook.com/projetointoleranciazero/>

Página

Mensagens

Notificações 3

Informações

Ferramentas de publicação



Projeto Intolerância
ZERO - Unifeob

@projeto intoleranciazero

Página inicial

Publicações

Fotos

Vídeos

Sobre

Curtidas

Promover

👍 Curtiu

📡 Seguindo

➦ Compartilhar

⋮



Projeto Intolerância ZERO - Unifeob



Publicado por Helio Oliveira [?] · 12 de maio às 14:02 · 🌐

A quem interessar possa: / To whom it may concern:

Esta página divulga o projeto #intoleranciazero, que promove uma campanha de sensibilização contra os discursos de ódio. A principal ação deste projeto é a produção e veiculação de um Manifesto contra a intolerância. O objetivo é conscientizar os estudantes, em geral, e toda a população quanto às consequências psicossociais da propagação de discursos de ódio e suas diversas formas de intolerância: religiosa, política, racial, de gênero etc. A campanha teve início no curso de Letras da UNIFEOB (São João da Boa Vista, SP), no primeiro semestre de 2017, mas conta com o apoio de todos para que alcance o maior número possível de pessoas. Trata-se de um trabalho coletivo, sem qualquer fim lucrativo. Visamos, acima de tudo, ao exercício da cidadania, que acreditamos ser sempre possível com a participação da sociedade, buscando (con)viver melhor. Ajude esta causa, compartilhe nosso material, use as hashtags #intoleranciazero #manifestointoleranciazero #LetrasUnifeob2017

110 pessoas alcançadas

Impulsionar publicação

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



👍❤️ 27

Ordem cronológica